



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR

**ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE EM SIMÃO DIAS: HISTÓRIA
E MEMÓRIA DE UM MOVIMENTO SOCIAL (1990-1994)**

ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR

**ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE EM SIMÃO DIAS: HISTÓRIA
E MEMÓRIA DE UM MOVIMENTO SOCIAL (1990-1994)**

Artigo apresentado ao curso de Licenciatura em História do Centro de Educação Superior a Distância da Universidade Federal de Sergipe, como requisito à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof^ª. Msc Amanda Steinbach

ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE EM SIMÃO DIAS: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM MOVIMENTO SOCIAL (1990-1994)

TEACHING SYNDICAL ORGANIZATION IN SIMON DAYS: HISTORY AND MEMORY OF A SOCIAL MOVEMENT (1990-1994)

Antonio José Dos Santos Júnior¹

RESUMO

Este artigo trata da organização sindical docente do setor público municipal de Simão Dias. Tem o objetivo de analisar a formação e atuação desse movimento no âmbito social e político do município, durante os primeiros quatro anos da década de 90. Além disso, contribui com o Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe e ajuda a ampliar o campo de estudos históricos sobre a Cidade de Simão Dias. Para isso, utiliza-se de fontes documental e oral. Nesta análise é demonstrado que dois fatores foram importantes para o surgimento do movimento: a fundação do Grupo de Jovens "Jesus" e a obrigatoriedade de contratação de todo o funcionalismo público, através de concurso público, a partir da Constituição Federal de 1988. Também explica que a organização sindical docente do setor público municipal de Simão Dias, nos primeiros quatro anos de existência, esteve focada em dois propósitos: 1 – Lutar pela efetivação da legislação vigente no que se refere a questão salarial; 2 – Inserir-se efetivamente no campo da política Partidária simão-diense.

Palavras-Chave: Sindicalismo. Magistério. Luta Social. Simão Dias/SE

ABSTRACT

This article deals with the organization of the public sector teacher union municipal Simon Days. Aims to analyze the formation and performance of this movement in the social and political municipality during the first four years of the 90s. Moreover, it contributes to the History Department at the Federal University of Sergipe and helps expand the field of historical studies on the Town Days of Simon. For this, use is made of documentary sources and oral. In this analysis it is shown that two factors were important for the emergence of the movement: the foundation of the Youth Group "Jesus" and the compulsory hiring of all public servants, through open competition, from the 1988 Federal Constitution. It also explains that the teachers union public sector municipal Simon Days, the first four years of existence, was focused on two goals: 1 – Fighting for the execution of the current legislation regarding the salary issue; 2 – Enter up effectively in politics Partisan simão-diense.

Key- Words: Unionism. mastership. Social struggle. Simon Days / SE

¹ Aluno, Antonio José dos Santos Júnior, do Curso de História/ Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: antoniojosedsj@bol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um resgate de um dos períodos que marcaram a história político-social do município de Simão Dias. Retrata o surgimento e atuação do sindicato do magistério do setor público municipal que se deram entre 1990 e 1994, o qual é objeto fecundo de pesquisa, pois se coloca como ponto de inflexão na história da carreira docente no município, fazendo serem revistas práticas de contratação e de remuneração dos profissionais da educação.

Entender como se originou o movimento sindical do magistério e a sua atuação no município é o objetivo central desta pesquisa. Além desse, dois outros se fazem presentes: 1. Contribuir com o Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), visto que no mesmo está depositado, apenas, um trabalho que trata do sindicalismo docente²; 2. Colaborar com a ampliação do campo de estudos históricos do município de Simão Dias – pois a maioria das obras que versam sobre a história político-social do município está vinculada aos acontecimentos ligados a elite simãodiense.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram feitas leituras sobre o sindicalismo em geral e sobre o docente – este último em específico. Considerando, tanto suas nuances no âmbito nacional, como no seu desenvolvimento em Sergipe. Nesse sentido, foram relevantes os trabalhos de: Ricardo Antunes, Sergio Amad Costa, Arnaldo José França Mazzei Nogueira,

² No Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), do Departamento de História, da Universidade Federal de Sergipe, foram encontradas três (3) obras que tratam do Sindicalismo Rural; quatro (4) que tratam do Sindicalismo Bancário; e apenas uma (1) obra que aborda o sindicalismo docente.

Sindicalismo Rural:

SANTOS, Josefa Silva dos. **Sindicato dos trabalhadores rurais de Simão Dias 1962 – 2002**. Lagarto, 2002, 145 f. Monografia (Graduação em História). Pólo Regional de Lagarto, Programa de Qualificação Docente II, DHI, CECH, UFS.

BARROS, Ângela Oliveira. **A formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana (1963 – 1968)**. São Cristóvão, 2000, 71 f. Monografia (Graduação em História). DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Gilvânia da Conceição. **Organização sindical dos trabalhadores rurais em Sergipe (1962 – 1964)**. Aracaju, 1997, 45 f. Monografia (Graduação em História). DHI, CECH, UFS.

Sindicalismo Bancário:

CARVALHO, Maria Andrade de. **Bancários vão à greve: A primeira Greve dos Bancários de Sergipe**. São Cristóvão, 2007, 53 f. Monografia (Graduação em História). DHI, CECH, UFS.

ANDRADE, Carla da Conceição. **Em defesa do trabalho: Sindicato dos Bancários de Sergipe e os impasses da reestruturação produtiva (1991- 1998)**. São Cristóvão, 2008. 56f. Monografia (licenciatura em História) DHI, CECH, UFS.

CARVALHO, Gláucio Garcia de. **Movimento Sindical Bancário: Retomada das Mobilizações e Refluxo (1985-1998)**. São Cristóvão, 2009. 51f. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

LACERDA, Marcela dos Santos. **História e memória do movimento sindical bancário em Sergipe na transição a democracia (1985-1990)**. São Cristóvão, 2010 42f. Monografia (Graduação em História) DHI, CECH, UFS.

Sindicalismo Docente:

NASCIMENTO, José Joaquim do. **Na Cidade Jardim, nem tudo são flores: Sindicato e professores em movimento (1993 – 1998)**. São Cristóvão, 2002, 109 f. Monografia (Graduação em História). DHI, CECH, UFS.

Sadi Dal Rosso, Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, Maria Izabel Ladeira Silva. Estas e as demais obras foram importantes para a compreensão do objeto de investigação³.

Foram utilizadas neste trabalho fontes impressas: atas, ofícios, carta à população,⁴ Jornais⁵, dentre outras; e fontes iconográficas: fotos. Por tratar-se de uma pesquisa que também analisará as versões de personagens que fizeram parte, ou presenciaram o processo histórico, a história oral será imprescindível para se alcançar os objetivos deste trabalho. Como nos diz o historiador Paul Thompson:

Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os objetos de estudo em sujeitos, contribui para uma história que não só é mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira.⁶

Diante disso, foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas⁷ durante o período de pesquisa, já que o pesquisador, no momento de selecionar o número de entrevistados, não

³ ANTUNES, Ricardo L. C. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.

⁴ **O que é Sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense. 1985.

COSTA, Sérgio Amad. **Estado e Controle Sindical no Brasil**. Coleção Coroa Vermelha, Vol.2. São Paulo: T. A. QUEIROZ. 1986.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **A LIBERDADE DESFIGURADA**: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

ROSSO, Sadi Dal (Org.). **Associativismo e Sindicalismo em Educação**: Organização e Lutas. Vol. 1. Brasília: Paralelo 15. 2011.

FERREIRA, Jorge; **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

SILVA, Maria Izabel Ladeira. **Sindicalismo no Setor Público em Sergipe**: o caso da Educação. 1997. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

⁴As atas, fotos, ofícios, termo de compromisso, Carta à população, demonstrativo de pagamento salarial e mensagens foram Concedidos pela Subsele Regional Centro Sul do SINTESE, Lagarto/SE.

Atas das Assembleias Gerais, Ordinárias e Eleitoral de 1992 a 1994.

Delegacia Sindical do SINTESE DE Simão Dias: **Termo de Compromisso**, 25 de Abril de 1990.

Delegacia Sindical do SINTESE de Simão Dias: **Mensagem aos Vereadores de Simão Dias**. 09 de março de 1991).

Delegacia Sindical do SINTESE de Simão Dias: **Mensagem a Câmara dos Vereadores**. 3 de junho de 1993.

Delegacia Sindical do SINTESE de Simão Dias/SE. **Ofício Circular n° s/n°**, de 25 de janeiro de 1993.

Subsele Regional sudoeste do SINTESE de Simão Dias: **Carta Aberta à População**. 27 de outubro de 1994.

Prefeitura Municipal de Simão Dias: **demonstrativo de pagamento de salário**. Cargo: professor nível II. Julho de 1994

⁵Os jornais utilizados na pesquisa estão disponíveis para consulta no Arquivo Público Estadual de Sergipe,

JORNAL DA CIDADE, Aracaju, p.06, 07/03/1992.

JORNAL DA CIDADE, Aracaju, p.07 05/06/1993.

⁶ THOMPSON. **A voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992, p. 137.

⁷A técnica de entrevistas semi-estruturadas combina perguntas abertas e fechadas, nesse formato de entrevista o depoente tem a possibilidade de discursar sobre o tema proposto com maior flexibilidade. Essa técnica também

deve levar em consideração critérios quantitativos, ou seja, não deve preocupar-se com o número de entrevistados. Como afirma Alberti⁸, “em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos”. Assim, concederam depoimentos ao pesquisador: José de Santana Curvelo – este era um dos militantes do movimento; Marcelo Domingos de Souza – uma das principais lideranças do movimento; e Maria do Carmo Santos Oliveira – esta, não obstante, pelo fato de não ter participado do corpo sindical, era funcionária pública municipal e acompanhou o processo de perto. Teve-se, durante as entrevistas, a pretensão de compreender as percepções que os entrevistados tinham e têm sobre a organização sindical docente do magistério público municipal de Simão Dias.

O artigo está dividido em três partes. A primeira examina a conjuntura que originou a organização sindical docente do setor público no Brasil. A segunda explica os fatores constitucionais e culturais⁹ que viabilizaram o surgimento do sindicalismo docente do setor público municipal de Simão Dias. E a terceira analisa a atuação deste sindicato no âmbito social e político do município.

2. CONJUNTURA DO SURGIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE DO SETOR PÚBLICO NO BRASIL: “*BRASIL AME-O OU DEIXE-O*”.

tem como vantagem uma exploração mais profunda sobre determinados assuntos. Contudo, para que isso ocorra, é necessária uma relação de confiança e interação entre o entrevistador e o entrevistado. Uma maneira de facilitar o desenvolvimento da entrevista é a utilização de recursos visuais, por exemplo, fotografias. Logo, o entrevistado poderá lembrar com maior exatidão os fatos ocorridos no período pesquisado (BONI; QUARESMA, 2005, p.75. Disponível em: < <http://www.praticadapesquisa.com.br/2011/07/aprendendo-entrevistar-como-fazer.html>>. Acesso em 8 de maio de 2012).

Entrevistados e as respectivas datas das entrevistas:

CURVELO, José Santana. 16/11/2012.

SOUZA, Marcelo Domingos. 27/11/2012.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Santos. 01/12/2012.

⁸ALBERTI. **Manual de História Oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005, p.31.

⁹No tocante ao processo cultural, ou como alguns pesquisadores costumam falar: processos mentais. Para que um processo histórico se modifique é necessário que haja mudança de mentalidade da sociedade, vejamos o exemplo de Le Goff (2005, p.221): “Para que nascessem a economia moderna, a nossa, e suas condições – a preocupação com a poupança, a vontade de adiar para o futuro um gozo agora moderado, o investimento das rendas, a acumulação capitalista e, enfim, a divisão do trabalho –, foi preciso que, antes da tecnologia e das forças de produção, mudasse primeiro a atitude mental diante da riqueza e do gozo”.

Em 31 de março, de 1964, iniciou-se um dos momentos mais emblemáticos da História do Brasil. É instalado no país um Regime Ditatorial dirigido por Militares. Desde o seu início, os militares buscaram incessantemente legitimar o regime. O governo militar utilizou-se de vários mecanismos para alcançar este objetivo, dentre eles, o aparelho repressivo, organizado e aplicado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI)¹⁰. Que tinha como diretriz a ser seguida a teoria da doutrina de segurança nacional¹¹.¹²

Um marco importante da repressão do regime militar sobre a camada combativa da sociedade brasileira foi a implementação do ato institucional número cinco (AI-5), em dezembro de 1968. O AI-5 concedia poder ilimitado ao Estado para suspender direitos políticos de qualquer pessoa que agisse de maneira subversiva frente ao regime, suspendia o direito de habeas corpus, impunha censura prévia a jornais, revistas e manifestações artísticas, ou seja, impedia qualquer forma de organização social. Aliás, foi sob o argumento da necessidade de conter as mobilizações sociais que o Regime Militar arquitetou o AI-5. No tocante à organização sindical, Ferreira e Delgado afirmam que nessa conjuntura o movimento sindical foi “inteiramente decapitado”.¹³ A maioria das lideranças sindicais foram detidas, e os que conseguiram fugir continuaram atuando na clandestinidade.

Os governos militares também usaram como forma de legitimar o regime a política econômica. Praticando uma política de crédito fácil, contudo, sem uma estratégia de integração nacional, o regime fez com que a sociedade brasileira se dividisse em dois estratos sociais bem delimitados: uma pequena parcela da sociedade que tinha acesso aos benefícios econômicos gerados pelo tão propagado “milagre econômico”, e outra enorme fração social que vivia sob um forte autoritarismo e arrocho salarial. O censo de 1970 ratificava esta situação – “a distribuição de renda tinha piorado no Brasil na década de 1960, mostrando um ponto fraco nos sólidos resultados econômicos divulgados pelo governo”.¹⁴

Não obstante as contradições decorrentes da política econômica e social implantadas pelo regime ditatorial, a política de concentração de renda continuou sendo defendida pelos

¹⁰ O Sistema Nacional de Informações (SNI) foi um dos principais meios de controle da sociedade brasileira durante o Regime Militar. O mesmo chegou a ser chamado de “monstro”, pois proporcionava uma série de ações terroristas contra aqueles que ousassem ir de encontro às determinações do regime.

¹¹ A doutrina de segurança Nacional é originária dos Estados Unidos, na época da guerra Fria. Contudo, no Brasil, já no período de 1930, os militares pensavam em formar uma mentalidade que “sobreponha a tudo os interesses da pátria” (ROSSO, 2011, p.20). Sendo assim, esta doutrina estabelecia que o Estado devesse construir bases sólidas a fim de disciplinar o povo para obter o máximo de rendimento dos diversos ramos da atividade pública.

¹² FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010, p. 23.

¹³ Ibid. 2010, p. 260.

¹⁴ Ibid. 2010, p. 228.

militares, “(...) a teoria do bolo (segundo qual é preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo), o arrocho salarial e sindical e a continuidade do fechamento político acabaram acelerando a reação política”.¹⁵

É nessa conjuntura de arrocho salarial e desigualdade social que, a despeito das perseguições e prisões, ressurgiu, no final dos anos de 1970, no ABC Paulista, o movimento sindical brasileiro, assumindo uma importante conotação política. É desse período em diante que começa a se formar, no âmbito sindical brasileiro, o que muitos pesquisadores costumam chamar de Novo Sindicalismo Brasileiro – um novo tipo de sindicato que organiza e mobiliza a massa trabalhadora contra “a legislação repressiva que regulamentava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado, configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política”.¹⁶

Segundo Ferreira e Delgado, o movimento sindical brasileiro, no fim dos anos de 1970 marcou a História do sindicalismo brasileiro: “No cenário político mais amplo, a emergência do movimento dos trabalhadores acabou estremecendo os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo pensados sem eles”.¹⁷ É, também, no bojo das greves do ABC paulista que surgem a organização sindical de outras categorias de trabalhadores, a exemplo, os funcionários públicos,

Após a greve de 1978, tornaram-se possíveis outras mobilizações, em um processo que se consolida a ampliação com as greves de metalúrgicos em 1979 e 1980, às quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporam outras categorias (bancários, petroleiros, professores, etc.) em todo país, em uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil do período.¹⁸

No tocante à organização sindical de funcionários do setor público, sabe-se que desde a regulamentação de 1931 (artigo 4º do decreto de 19.770) os funcionários públicos estavam impedidos de se organizarem em sindicatos.¹⁹ Os dirigentes públicos argumentavam certa neutralidade das estruturas do Estado nas relações entre patrão e empregado (setor público), onde o Estado não se considerava o patrão. Ou seja, para o Estado, não seria necessário criar sindicatos do setor público porque os funcionários públicos não possuíam patrão.²⁰

¹⁵ Ibid. 2010, p. 259.

¹⁶ ANTUNES, Ricardo L. C. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995, p.12.

¹⁷ FERREIRA; DELGADO, op. Cit. 2010, p.86.

¹⁸ Ibid. 2010, p. 289.

¹⁹ COSTA, Sérgio Amad. **Estado e Controle Sindical no Brasil**. Coleção Coroa Vermelha, Vol.2. São Paulo: T. A. QUEIROZ. 1986, p. 33.

²⁰ NASCIMENTO, José Joaquim do. **Na Cidade Jardim, nem tudo são flores: Sindicato e professores em movimento (1993 – 1998)**. 2002, 109 f. Monografia (Graduação em História). São Cristovão. 2002, p.30.

Tratando-se mais especificamente da organização de classe dos professores do setor público, objeto de pesquisa deste trabalho, este mito começa a ser derrubado a partir das reformas educacionais implantadas nos anos de 1968 e 1971, que submeteu o professorado das escolas públicas à política de arrocho salarial imposta pelos governos ditatórios. Com um contingente de 1 milhão de membros, os professores públicos de 1º e 2º graus passaram a protagonizar grandes mobilizações em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Segundo Rosso²¹ a partir desta conjuntura os docentes do setor público incorporaram ao seu cotidiano práticas até então direcionadas apenas à classe fabril – aos operários²².

Seguindo a tendência nacional de organização do magistério público, em setembro de 1977, foi fundada a Associação Profissional do Magistério Público do Estado de Sergipe (APMESE), e quase uma década depois – em outubro de 1986 – foi fundado o Centro dos Profissionais do Ensino de Sergipe (CEPES)²³. A primeira associação citada buscava representar toda a classe magisterial do setor público do estado de Sergipe, ou seja, todos os profissionais da rede estadual e municipal de ensino. Segundo Silva, esta associação nasceu atrelada ao governo do estado. Para se ter uma ideia da busca de controle sobre essa associação, pelo estado, basta a informação de que da fase de fundação 1977 a 1986, a diretoria da APMESE era composta por pessoas que possuíam cargos comissionados na secretaria estadual de educação, ou seja, eram ligados ao governo do estado.²⁴

Contudo, com a crise do regime militar e a ofensiva questionadora da sociedade, a passividade da APMESE, frente à situação deplorável dos professores, começou a irritar alguns docentes mais politizados e conscientes de sua situação. Vale ressaltar que a

²¹ ROSSO, Sadi Dal (Org.) **Associativismo e Sindicalismo em Educação: Organização e Lutas**. Vol. 1. Brasília: Paralelo 15. 2011, p. 50.

²² Geralmente tem-se a concepção de que não há uma relação capitalista no trabalho do setor público. Segundo Nogueira (2005, p.79) não obstante as relações de o setor público ser diferentes da do setor privado, ou seja, não ocorrer relações diretas capitalistas, isso não quer dizer que não exista uma exploração da força de trabalho do funcionalismo público por parte do Estado, a “exploração ocorre na esfera da reprodução do capital, ou seja, nos processos de serviços e administração destinados à reprodução social e política do conjunto da sociedade de classes”. Sendo assim, é pertinente afirmar que o resultado das relações de trabalho entre o docente do setor público e o Estado seria a produção de um grande contingente de mão de obra disponível à exploração do capitalismo. Contudo, seguindo este raciocínio, onde residem as formas de exploração dos funcionários do setor público pelo Estado? “A taxa de Exploração do trabalho no Estado envolve a quantidade de salário em relação à jornada de trabalho e às condições necessárias de vida em sociedade” (NOGUEIRA, 2005, P.79).

²³ O CEPES foi uma associação organizada por dissidentes da APMESE, a fim de se contrapor à falta de combatividade de seus dirigentes. A primeira presidente da CEPES a Ana Lucia Vieira Menezes, que em 1992 se tornou presidente do SINTESE (SILVA, 2007, P.117).

²⁴ SILVA, Maria Izabel Ladeira. **Sindicalismo no Setor Público em Sergipe: o caso da Educação**. 1997. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007, p. 89.

aproximação da APMESE com a Confederação dos Professores do Brasil (CPB)²⁵ contribuiu para essa mudança de atitude de alguns professores.²⁶

Em 1983, a APMESE promoveu o I Primeiro Encontro Estadual de Educadores. Nesse encontro observou-se um fato contraditório. Não obstante a APMESE ser presidida por José Joaquim Macedo, ocupante de cargo de comissão da secretaria de educação, o conteúdo apresentado no encontro estava bastante próximo de uma ideologia de luta sindical. Basta salientar que o responsável pela abertura da palestra, com seguinte tema: ‘Política Educacional e Organização dos Professores’ foi o professor da UFS Luiz Alberto dos Santos, dirigente e militante do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT). O encontro resultou na elaboração de uma enorme pauta de reivindicações, dentre elas: equiparação salarial, reativação dos concursos públicos, fim das remoções arbitrárias e cumprimento da lei sem ajuda de um político. Vale frisar que, durante o primeiro encontro, a direção da APMESE sofreu duras críticas por parte dos professores oposicionistas.²⁷ Ante esse acontecimento, evidenciou-se que naquele momento não era mais condizente a APMESE ser presidida por indivíduos ligados ao governo.

O ano de 1984 foi decisivo para que a APMESE começasse a trilhar um caminho combativo. A direção da citada associação, pressionada pela oposição liderada desde 1979 por Diomedes Santos Silva, seguindo orientações da CPB, ajudou nos preparativos de um comício e também subscreveu com outras entidades um manifesto em apoio às eleições diretas para presidente da república. Foi também em março desse ano que a APMESE inicia um processo de negociação com o governo do estado em busca de melhores condições salariais. Constava na pauta de reivindicações: reajuste salarial igual ou superior ao INPC acumulado; equiparação salarial em todos os níveis, inclusive para os aposentados; piso de três salários mínimos para o professor de nível médio; abono natalino igual ao salário. Em 18 de abril, o governador do estado á época, João Alves Filho, lançou uma contraproposta – promover equiparação salarial, mas recorre “a um artifício no mínimo ardiloso: incorpora a gratificação

²⁵ A Confederação dos Professores do Brasil (CPB) foi uma das principais ferramentas de articulação do movimento docente no Brasil, a partir de 1979. Entretanto, sua origem remonta ao ano de 1960, quando foi fundada com o nome de Cofederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB). Em 1990, foi realizado um congresso extraordinário, a fim de aglutinar várias federações setoriais docentes, em uma única entidade nacional. A partir daí, a CPB passou a ser chamada de Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Uma confederação que, atualmente, conta com 47 entidades filiadas e mais de um milhão de sindicalizados (ORGANIZAÇÃO CONSOLIDADA. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/institucional/a-cnte> Acesso em 26 de novembro de 2012).

²⁶ Ibid. 2007, p. 90.

²⁷ Ibid. 2007, p. 91-92.

de regência de classe ao salário base, aumentando seu valor e aproximando-o do vencimento dos demais servidores com igual nível de formação”.²⁸

No dia 28 do mês seguinte (abril), ante a contraproposta do governador João Alves Filho, em uma assembleia, os professores decidem por uma paralisação de dois dias, com mobilizações no centro da cidade. Porém, não obstante todo o esforço da categoria pela não aprovação da proposta do governo do estado, numa sessão da assembleia legislativa do estado que durou cerca de sete horas, “a causa dos professores foi derrotada” – ou seja, o projeto do governo do estado foi aprovado.²⁹ Apesar da derrota, este período foi marcante para que a APMESE seguisse um novo rumo.

Em 1987, num contexto de mais um fracassado plano econômico brasileiro – o Plano Cruzado³⁰, Sergipe assim como os outros estados mergulha mais uma vez numa crise inflacionária, e de arrocho salarial. Ante isso, em Abril de 1987, seguindo novamente a tendência nacional, explode em Sergipe a primeira grande greve do magistério sergipano. Foram 28 dias de paralisação,

(...) com inúmeras passeatas, assembleias e atos públicos. O acirramento da luta interna e a cobrança dos professores em torno da questão salarial obrigaram os dirigentes da associação a radicalizar suas ações, quebrando os vínculos de subordinação para o governo. Os antigos valores baseados no autoritarismo e na disciplina foram esgarçados e esfacelados. A greve ainda era proibida ao setor público mas, na prática, ninguém cumpria a proibição, naquela conjuntura da “Nova República”. Nesse aspecto, a revolta dos funcionários públicos apresenta um determinante eminentemente político.³¹

Segundo Silva, esse contexto de explosão dos movimentos reivindicatórios do setor público no Brasil foi possível, graças à quebra da burocracia estatal, baseado nos valores ligados ao regime militar e na classe dominante. Esses valores demonstravam um forte teor de controle, autoridade e eficiência. Definitivamente, a partir de 1987, a APMESE assumi um caráter combativo frente aos baixos salários e péssimas condições de trabalho impostas pelo governo do estado.³²

²⁸ Ibid. 2007, p.96.

²⁹ Ibid. 2007, p. 98.

³⁰ Plano econômico lançado em 1986, no governo de José Sarney. Este plano foi dividido em duas etapas, (1) Plano Cruzado I, que como medida para derrubar a inflação, estabeleceu o congelamento dos preços e mobilizava a população a fiscalizar os preços dos produtos – eram os chamados ‘fiscais do Sarney’; (2) Plano Cruzado II voltou a liberar o aumento dos produtos e serviços, por exemplo, o reajuste dos aluguéis deveria ser negociado entre inquilinos e proprietários. As duas etapas tiveram como algo em comum o aumento da inflação e a estagnação da economia. O que elevou ainda mais o custo de vida da população (ARAÚJO; SANTOS, 2009, p.295-296).

³¹ SILVA, op. Cit. 2007, p. 101.

³² Ibid. 2007, p.102.

Com o advento da constituição de 1988, é legalizado um fenômeno que já há muito tempo vinha ocorrendo em todo o país: os funcionários públicos adquirem o direito de greve³³. Diante da legalização³⁴ das greves do funcionalismo público, no final dos anos de 1980 e início dos anos 90, os professores do estado de Sergipe que inicialmente estavam divididos em dois grupos, com associações próprias: APMESE e o CEPES se organizaram em uma única associação – o SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da rede Oficial do Estado de Sergipe.³⁵ Nessa conjuntura as greves do magistério público sergipano tornaram-se cada vez mais frequentes e longas diante da difícil negociação frente aos dirigentes públicos.

3. ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES DO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS: FATORES QUE POSSIBILITARAM A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO.

Nos primeiros meses dos anos 90, a sociedade simãodiense se deparou com um acontecimento inédito – os professores da rede municipal de ensino tomaram as ruas para lutar pelos seus direitos. Na história do município de Simão Dias, um movimento social até então não havia ousado lutar contra as decisões administrativas dos dirigentes públicos do município. As mobilizações sociais, em Simão Dias, na época, vão de encontro ao que diz Gohn³⁶ segundo ela, os anos 90 foram marcados pelo declínio das mobilizações sociais no Brasil.

No entanto, quais fatores possibilitaram a constituição de um movimento sindical docente capaz de enfrentar líderes políticos, pouco afeitos ao cumprimento das suas obrigações patronais, perante os funcionários públicos municipais de Simão Dias?

³³ Segundo Nogueira (2005. P. 32) “Um dos critérios essenciais para o reconhecimento da condição de conflito moderno nos regimes capitalistas democráticos reside na presença da liberdade de ação coletiva, política e sindical do mundo do trabalho.”

³⁴ Constituição Federal de 1988. Capítulo VII – da Administração Pública, Art. 37 – “VI. é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical; VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”.

³⁵ DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p.267.

³⁶ GOHN, Maria da Glória Marcondes. Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a Partir de 1970. *EccoS – Rev. Cient., São Paulo*, v. 11, n. 1, p. 23-38, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v11n1/eccosv11n1_2a1535.pdf. Acesso em: 09 de junho de 2012.

Em 1986, foi fundado no município de Simão Dias, através da pastoral da juventude e da Igreja Católica, o Grupo de Jovens “Jesus”. Esse grupo, desde a sua implantação, teve como objetivo o fomento do debate sobre questões políticas e sociais junto aos jovens. O grupo era regido ideologicamente pelos documentos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB,s)³⁷. Esses documentos possuíam um teor político e social bastante crítico e combativo, que incentivava os estratos sociais menos privilegiados pelo Estado a lutarem pelos seus direitos.

Segundo depoimentos do sindicalista José Santana Curvelo³⁸, foi nesse contexto que o Grupo de Jovens “Jesus” assumiu uma grande importância, pois foi a partir dele que surgiram as primeiras lideranças que organizaram o movimento sindical docente no município de Simão Dias:

A pastoral da juventude, mediante a Igreja Católica, na época, era uma...não sei se, talvez uma das principais, ou a única formadora de opinião, é...no Município de Simão Dias...porque...é, mediante a CEB,s – que conduzia os grupos de jovens, não só da cidade, como de todo o interior – e as formações promovidas tinham todo cunho social e político, o qual, na época, por causa da...dos meios governistas totalmente opressores da sociedade, era uma das únicas saídas da sociedade, era então...é se juntar com os grupos – principalmente da igreja, pra à partir daí aprender e construir uma nova opinião; é, que poderia alçar confronto contra a classe autoritária política dominante da época. E nesse contexto de Simão Dias, o grupo de jovens... tem total fundamento, porque é a partir dele que nasce a luta de classes na cidade – porque dele nasceu várias lideranças.³⁹

Entretanto, para que essa camada da juventude simãodiense tivesse oportunidade de ingressar no serviço público municipal, foi preciso haver a implantação de uma lei Federal que regesse a contratação de servidores públicos – visto que a forma utilizada para a contratação de professores, antes da Constituição Federal de 1988, era a de indicação – o que gerou uma prática vulgarmente conhecida como clientelismo ou apadrinhamento. Ou seja, grosso modo, só tinha acesso ao emprego público quem sustentasse alguma forma de aproximação perante o dirigente político do momento. Essa forma de contratação

³⁷ As Comunidades Eclesiais de Base são pequenos grupos organizados em torno de uma Igreja. Essas comunidades começaram a ser organizadas no Brasil, no ano de 1960. “São Comunidades, porque reúnem pessoas com a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum- união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e anseios e esperança libertadora” (BETTO, 2012, p.7-10. Disponível em: < <http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/05/cebs-freibetto.pdf>>. Acesso em: 6 de dezembro de 2012).

³⁸ José de Santana Curvelo (o Jai) foi durante o período estudado um dos militantes do movimento. Era um dos responsáveis pela organização das mobilizações dos professores da zona urbana e do interior do município.

³⁹ Depoimento ao pesquisador: CURVELO, 16/11/2012.

praticamente impossibilitava qualquer meio de organização e rebeldia contra os prefeitos da época.

Segundo Silva, não sendo uma exclusividade do âmbito político de Sergipe, o autoritarismo político sempre dificultou a manifestação dos funcionários do setor público. A forma como eram recrutadas também impediam qualquer reação por parte dos servidores: “Esse recrutamento se dava sempre por injunções de ordem político partidária, transformando o servidor público em cliente e dependente do chefe político que o recrutou”. Diante de tal situação, faltavam garantias e segurança para o professor exercer sua função, vivendo sob o medo de ser demitido ou removido para outra localidade.⁴⁰ Seguindo o pensamento de Silva, será que o medo de sofrer algum tipo de coerção foi, também, uma das causas que impediu a organização dos docentes do setor público municipal de Simão Dias, no período anterior a 1990?

Ante as problemáticas pontuadas acima, a Constituição Federal de 1988⁴¹, no tocante a seleção e estabilidade do funcionalismo do setor público, foi essencial para a inserção de pessoas mais politizadas e independentes no setor público do município de Simão Dias. Vejamos o que determina o Inciso II, do Art.37 da Constituição Federal: “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas de título, de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”. No tocante à estabilidade, os funcionários públicos, após dois anos de serviço, não poderiam mais ser demitidos por conta das perseguições políticas⁴².

Para o ex-sindicalista – Marcelo Domingos de Souza⁴³ essas determinações da constituição de 88 foram de suma importância para a organização do sindicato docente em Simão Dias:

Não haveria possibilidade da gente... pessoas com maior senso crítico, formação, independência política, entrar no emprego público se não fosse

⁴⁰ SILVA, op. Cit. 2007, p. 51.

⁴¹ Segundo Dantas (2004, p.269) a Constituição de 1988 trouxe vários benefícios para toda sociedade brasileira, contudo, segundo ele, de “todas as categorias, os funcionários públicos civis foram os que saíram com maiores ganhos. Granjearam estabilidade com apenas dois anos de serviço. Os apadrinhados que entraram sem concurso público viraram estáveis com cinco anos”.

⁴² Atualmente, o estágio probatório para funcionário público é de três anos. A norma foi modificada a partir da Emenda Constitucional (EC) n. 19/1998 (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012. Disponível em: http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=91739>. Acesso em 5 de dezembro de 2012).

⁴³ Marcelo Domingos de Souza era um dos principais responsáveis pelas estratégias e articulações da delegacia sindical nos momentos de embates com poder público municipal. Ele junto com Denisson Déda de Aquino Coordenaram o movimento sindical docente do setor público municipal de Simão Dias por mais de uma década.

mediante concurso. Porque, aí, dependeria da indicação política, é do... de uma visão paternalista de dependência. A pessoa entrou como vários entraram. Antes desse processo de concurso, várias pessoas entraram no serviço público por indicação política e se tornaram funcionários efetivos, né? Esse concurso, que é fruto da determinação da Constituição de 88, possibilitou na época, que a gente pudesse disputar essas vagas e, pela competência, preparo que a gente tinha, entrar no serviço público. Então isso nos deu independência. A gente não tinha compromisso político com ninguém. Tinha compromisso com o nosso profissionalismo, com a nossa é... visão – a visão que a gente tinha do... a nossa visão de mundo, a nossa concepção sobre os direitos trabalhistas que a gente tinha, de lutar por ele. A nossa formação, que a gente tava passando naquele processo efervescente de ideologia, de contato, de visão de mundo mais crítica, então, aquilo levou a gente a se mobilizar. Eu acho que isso não seria possível se não fosse pessoas que tivesse vindo de um concurso público. E os funcionários anteriores que a gente encontrou, eles se viram é... sempre estavam reféns da existência de um surgimento de uma liderança nesse padrão. E a gente caiu como uma luva. É, por isso, que o movimento foi forte. Então, alguém... eles estavam ali na espera de que aparecesse alguém que liderasse. E a gente apareceu, então deu certo.⁴⁴

Logo, pode-se afirmar que dois fatores foram fundamentais para constituição da organização sindical dos professores do setor público municipal do município de Simão Dias. O primeiro foi o surgimento de professores politizados e conscientes de que para se alcançar a concretização de seus direitos, a organização sindical era imprescindível. Nesse contexto o grupo de Jovens “Jesus”, através dos documentos da CEB,s foi responsável pela politização de lideranças sindicais, como exemplos, Marcelo Domingos e Denisso Déda. O segundo fator que possibilitou essa organização foram as mudanças trazidas pela Constituição Federal de 1988, que determinavam que a efetivação de funcionários públicos somente fosse feita mediante a realização de concurso público, e que o concursado, a partir de 2 anos de trabalho no setor público adquiria a estabilidade .

4. A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE DO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS (1990-1994): CONQUISTAS, RETROCESSOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.

A primeira grande greve organizada pelos professores da rede municipal de ensino do município de Simão Dias ocorreu em 1990. No primeiro momento da greve, os professores

⁴⁴ Depoimento ao pesquisador: SOUZA, 27/11/2012.

não possuíam nenhum tipo de vínculo com o sindicato ou associação. Somente após alguns dias do início do movimento grevista os docentes da rede municipal fundaram a Delegacia Sindical dos Trabalhadores em Educação de Simão Dias, vinculada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe (SINTESE).

De 1990 a 1996 foram desencadeados cerca de dez (10) movimentos grevistas. O primeiro durou cerca de três meses. Por ser o primeiro movimento social a ir de encontro ao poder político local da época, causou certo espanto a sociedade simãodiense. Na verdade, a sociedade se dividiu entre aqueles que eram privilegiados pelo governo municipal – os quais eram obviamente contra, e aqueles que, sensibilizados com as condições salariais e de trabalho dos professores, apoiaram o movimento. Segundo a funcionária pública municipal – Maria do Carmo Santos Oliveira⁴⁵:

Essa sociedade... que era contra, era aquela sociedade que era a favor do prefeito, né? Mas, quem era a favor do prefeito era contra os professores, então achava que o prefeito tava certo. Era uma coisa dividida... era uma sociedade, naquela época, era dividida. Alguns achavam que os professores estavam corretos, que tava recorrendo pelos seus direitos, mas aqueles que eram beneficiados pelo gestor, né? Era do lado do prefeito.⁴⁶

Segundo depoimentos de Souza, não obstante inicialmente a gestora, da época, Dona Caçula ter declarado que não teria condições de atender a pauta de reivindicações⁴⁷, a pressão do movimento foi tão grande que o Filho da gestora – Antonio Carlos Valadares, Governador do Estado de Sergipe, na época, através de Belivaldo Chagas, teve que se envolver no processo de negociação:

Então a gente tava reclamando que pagasse o salário mínimo e a regência. E... naquele... nessa negociação, no primeiro momento, a administração declarou que não poderia honrar... o pagamento. Depois, o movimento, ele permaneceu, né? A gente... foi um movimento que durou praticamente três

⁴⁵ Maria do Carmo Santos Oliveira, mais conhecida como Dona Carminha, apesar de não fazer parte da organização Sindical docente do município de Simão Dias, no papel de funcionária pública, ocupando o cargo de servente, assim como os outros funcionários públicos municipais, naquele momento histórico, estava sujeita às péssimas condições salariais e de trabalho. Uma característica importante desta funcionária pública que foi levada em consideração para que fosse selecionada como depoente é o fato da mesma, durante o processo social analisado neste trabalho, ter estado inteirada sobre o que se passava nos bastidores da sociedade simãodiense.

⁴⁶ Depoimento ao pesquisador: OLIVEIRA, 01/12/2012.

⁴⁷ No setor privado, quando ocorre uma mobilização por ajustamentos salariais e de relações de trabalho, geralmente, imediatamente, são tomadas medidas que busquem sanar os problemas. O mesmo não acontece no setor público, visto que os problemas vão se arrastando durante anos. Isso acontece segundo (NOGUEIRA, p.87) por causa da falta de competência dos gestores que persistem em manter a tradicional forma de gestão, incapaz de reagir com rapidez frente às novas demandas. Sendo assim, segundo ele, a greve é um “momento especial e estratégico do conflito trabalhista no Estado, influencia diretamente a legitimidade dos governos e politiza (torna político) o próprio conflito que geralmente tem causalidade econômica e salarial.”

meses de paralisação de aula. Aí, na época, a gente recebeu um comunicado de que Belivaldo Chagas, na época, era deputado estadual, ele, a pedido de Valadares, que era na época governador, se eu não me engano, pediu que ele viesse fazer uma intervenção. Pediu que ele negociasse, já que não havia negociação pra gente continuar. Aí, a gente recebemos, tivemos uma reunião com Belivaldo e ele comunicou que seria pago o salário mínimo e a regência, e que a gente suspendesse o movimento. Depois fizemos um termo e naquele momento a greve foi suspensa, depois da negociação com Belivaldo Chagas, que era deputado estadual. E aí, nesse primeiro movimento de greve, a gente teve uma vitória, um ganho, que foi conquistar a demanda do aumento salarial.⁴⁸

Sendo assim, o primeiro movimento grevista dos professores consagrou-se vitorioso, pelo menos temporariamente.

Segundo depoimentos ao pesquisador, na Gestão de Dona Caçula, não ocorreu nenhum tipo de represália contra os professores que participaram do movimento:

Olha, eu não senti nenhuma represália, não. A gente sentia... somente um certo... um incômodo... social, porque era uma coisa nova... e... as vezes a gente sentia algum preconceito de alguns setores da sociedade... de... ter alguém questionando o poder constituído, né?.⁴⁹

Entretanto, entre os itens firmados no termo de compromisso fica estabelecida a “Estabilidade garantida aos que participaram do movimento e proteção contra represálias”.⁵⁰ Contudo, ainda que os documentos nada indiquem de comprobatório, a existência de tal excerto suscita a ideia de que algum tipo de represália ocorreu, ou tentou-se fazer, ao longo do processo.

Não obstante no primeiro momento o governo de Dona Caçula ter suprido as necessidades primárias dos professores, os dois últimos anos de seu governo (1991-1992) foram marcados por uma série de retrocessos dos direitos conquistados anteriormente. No ano de 1991, as formas de manifestação deram-se através de mensagens enviadas ao executivo e ao legislativo municipal, para tentar sensibilizá-los. Através de parte de uma dessas mensagens, enviada aos vereadores, no dia nove de março 1991, pôde-se verificar as condições salariais e de trabalho – às quais os professores da rede municipal de ensino estavam submetidos:

O atual salário, não é suficiente nem para gastos com a nossa alimentação, vale salientar que alguns colegas pagam transporte do próprio bolso, num

⁴⁸ Depoimento ao pesquisador: SOUZA, 27/11/2012.

⁴⁹ Souza, 27/11/2012.

⁵⁰ DELEGACIA SINDICAL DO SINTESE DE SIMÃO DIAS: Termo de Compromisso, 25 de Abril de 1990.

verdadeiro ato de amor a profissão, alias, é só por amor a profissão que continuamos ensinando, pois como pode um professor que passou grande parte de sua vida estudando para exercer com dignidade a sua profissão, ensinar tranquilamente se está mal vestido, mal alimentado e desmotivado economicamente, não podendo suprir as necessidades familiares e pessoais.⁵¹

Nesse contexto, nos primeiros meses de 1992, estourou uma nova greve dos professores do setor público municipal de Simão Dias. Volta à pauta de reivindicações o pagamento do piso nacional de salário, o retorno da gratificação de regência de classe – que tinha sido retirada do demonstrativo de pagamento de salário, e é incorporada à nova pauta o cumprimento do Plano de Cargos e Salários do magistério.⁵²

Com o advento das eleições municipais, neste mesmo ano, o grupo político da prefeita – o grupo Valadares – lançou como candidato a prefeito – Virgílio de Carvalho Sobrinho. Mas quem ganhou as eleições, e foi alçado ao poder, em 1993, foi o candidato da oposição Manoel Ferreira de Matos (o Caçulo).

Se, na gestão anterior, os docentes do setor público municipal de Simão Dias passaram por uma fase de conquistas e até de abrandamento das reações do poder municipal, frente à luta dos professores, na nova gestão, os embates que ocorreram entre o sindicato e o poder público municipal tomaram outras formas de enfrentamento mútuo. Uma forma comum entre a maioria das administrações, na época, para tentar desarticular o movimento dos professores era o não repasse da consignação para o sindicato. O excerto, abaixo, parece ratificar este fato:

Senhora Tesoureira, o objetivo do presente ofício é o de comunicar V. S.^a que pelo fato de ainda não termos recebido a consignação de mês de dezembro de 92, não procedemos ao repasse mensalmente feita a este sindicato, desta forma faremos o transporte do valor consignado tão logo sejam reestabelecidos os pagamentos.⁵³

Diante do empecilho, a forma encontrada pelas lideranças sindicais para escapar desse estratagema foi o recolhimento de 1% dos salários dos professores na própria sede, através de um carnê. Como sugere o depoimento:

É... houve várias tentativas de... impedir que a consignação fosse feita, né? Que era uma forma de a gente ficar sem a estrutura mínima pra manutenção, mas, é... geralmente a gente acabava revertendo esse processo. Teve situações de ficar meses sem recolher. A gente, até... no momento, fez o recolhimento lá no próprio sindicato, uma mobilização pra recolher

⁵¹ DELEGACIA SINDICAL: Mensagem aos vereadores de Simão Dias, 09 março de 1991.

⁵² JORNAL DA CIDADE. 07/03/1992, p.6.

⁵³ DELEGACIA SINDICAL DO SINTESE DE SIMÃO DIAS. Ofício Circular nº s/nº, de 25 de janeiro de 1993

internamente, na sede, que foi péssimo – que nem sempre a gente tinha um recolhimento satisfatório, mas, ô... isso nem sempre atrapalhou o movimento. Até porque a gente tinha o amparo da delegacia... do... sindicato, a nível estadual. Mas eu considerar assim como um momento de retaliação ou de tentativa de enfraquecimento. Mas eu acho que não era uma questão tão chave pra impedir o movimento.⁵⁴

No biênio 1993-1994 os confrontos entre o sindicato e a administração municipal se exasperaram – o que leva à eclosão da primeira greve já em 1993, que contou com o apoio da Igreja católica, na pessoa do vigário de Simão Dias – padre José Alves. Contou também com o apoio de comerciantes, da população, de estudantes, de emissoras de rádio locais e partidos políticos progressistas que se indignaram com os salários pago⁵⁵ aos professores.⁵⁶



Figura 1 – Servidores de Simão Dias promovem ato público

Fonte: Jornal da Cidade, 05/06/93.

⁵⁴ Depoimento ao pesquisador: SOUZA, 27/11/2012.

⁵⁵ A partir da análise de um demonstrativo de pagamento de salário de um professor de nível II da época, é possível observar com mais exatidão as condições salariais do magistério municipal da cidade de Simão Dias em meados de 94. No comprovante de pagamento em questão não consta a regência de classe – direito garantido pela lei municipal nº14/89 de setembro de 1989, que aumentaria o salário em 50%. Consta como salário base a quantia de R\$40,21 (quarenta reais e vinte e um centavos), o salário mínimo nacional – referência de todos os outros salários praticados em todo o país, no referido mês, era de R\$64,79 (sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos). Logo, com a incorporação de outros direitos – quinquênio e salário família, e após os descontos, o salário do professor chegou a R\$42,13 (quarenta e dois reais e treze centavos). Se fosse efetivado o que mandava a lei, um professor municipal de nível II, após a soma de todos os direitos e descontos, receberia a quantia de R\$99,08 (noventa e nove reais e oito centavos). A política salarial do administrador em questão gerava o prejuízo salarial de R\$56,95 (cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos) a boa parte do magistério público municipal de Simão Dias (PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS: demonstrativo de pagamento de salário. Cargo: professor nível II. Julho de 1994).

⁵⁶ JORNAL DA CIDADE. 05/06/93, p.7.

Segundo depoimentos do professor e ex-líder sindical Marcelo Domingos, transportes que deveriam ser reservados para conduzir os professores para trabalhar na zona rural eram desviados para outros setores da administração:

(...) a administração de caçulo era uma administração que a gente passou os piores momentos, em alguns aspectos, por quê? Porque ele é... a gente tinha alguns transportes para professores... que eram transportes municipais pra levar os professores nas escolas. E eu lembro que ele retirava esses transportes. Então deixava a gente refém à própria sorte, pra chegar à escola. Eu lembro que eu trabalhava no Brinquinho... e a gente tinha uma pirua pra levar os professores pra o Brinquinho que era a única escola de ensino fundamental completo, e tinha semanas que a gente chegava lá no ponto pra pegar a piruá, e tava uma ambulância parada, em vez da pirua, né? Que é um carro mais adequado pra levar um maior número de professores. Então, a gente tinha que... entrar dentro de uma ambulância, sentar numa maca, todo mundo com a cabeça curva, né? Pra poder ir pra escola, porque o prefeito tinha mandado a pirua com doentes, pra Aracaju. E a ambulância levava os professores pra as escolas, né? Geralmente, a ambulância muito suja, com cheiro de vômito, de sangue, quer dizer: eu mesmo confesso que chegava, na escola, um trapo, né? Totalmente malhado, sem condições de trabalho. E ele por várias vezes fez isso, né? Tirou o transporte do professor pra colocar uma ambulância, um carro.. Ele invertia os carros, os veículos. Colocava os doentes na pirua dos professores e colocava os professores na ambulância pra doentes. Isso quando não tirava o carro totalmente e a gente tinha que aventurar pegar um ônibus pra ir pra o trabalho. Um ônibus que saía cinco horas da manhã, na época, que era o ônibus do seu Lourival - que saía da pracinha. Então, ele massacrou muito. É... cortou a regência. Quando havia reajuste de salário mínimo, ele não repassava o reajuste.⁵⁷

Diante do quadro descrito acima, a Delegacia Sindical dos Trabalhadores em Educação de Simão Dias assumiu um papel político ativo dentro da sociedade simão-diense. Utilizando-se de diversas formas de protesto para ir de encontro à estrutura de poder:

Nosso maior meio de protesto era, principalmente, a greve, né? Coisa que até era novidade para a cidade, porque os municípios do interior sergipano viviam um clima é..., na época, até sofrido com a seca, com vários outros fatores... e os salários – que na época nunca tinham sido pagos... como deveriam ser, de acordo com a constituição, passaram a ser, graças à força da categoria que resolveu se unir. E a partir daí, nasceram alguns movimentos de paralisação... de greve, de reportagens em rádios contra as autoridades locais, em jornais. Até de nível estadual e, a partir daí, foi que a gente conseguiu manter um confronto direto contra a classe política local.⁵⁸

Em maio de 1994, novamente os professores da rede municipal de ensino de Simão Dias tomaram as ruas da cidade para protestar. Em cima de um minitrio elétrico, se utilizaram

⁵⁷ Depoimento ao pesquisador: SOUZA, 27/11/2012.

⁵⁸ Depoimento ao pesquisador: CURVELO, 16/11/2012.

de encenações teatrais, discursos e cartazes para expor à população simãodiense as condições salariais e de trabalho às quais estavam submetidos. Um acontecimento marcou a história da organização sindical docente do setor público de Simão Dias, no primeiro semestre desse ano, foi a implantação da subsede Regional Sudoeste do SINTESE de Simão Dias – que compreendia os municípios de Simão Dias, Poço Verde, Pinhão e Pedra Mole.⁵⁹ Esta instituição ostentou, durante muitos anos, o status de referência de organização e luta sindical docente, no Estado de Sergipe⁶⁰.



Figura 2 – Mobilização dos professores pelas ruas de Simão Dias – maio de 1994.

Fonte: Subsede Regional Centro Sul do SINTESE.

Contudo, apesar da luta, do esforço dos professores, nada foi conseguido. Diante do quadro, no mesmo ano, o sindicato, através de uma carta aberta à população, parte para o confronto político direto. Não apenas por melhores condições salariais, mas também, contra a postura política e administrativa do gestor municipal⁶¹:

⁵⁹ (ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORA, 14/05/94).

⁶⁰ Em chapa única foram eleitos para compor a primeira diretoria da Subsede Regional de Simão Dias: Coordenador Geral – Denisson Déda de Aquino, coordenador de Finanças e Secretaria – Marcelo Domingos de Souza, coordenador de Imprensa e Divulgação – Dimas Rabelo dos Santos, coordenador de Assuntos Jurídicos – Regivan Antonio dos Santos.

⁶¹ Já em 1993, em uma mensagem enviada a câmara do legislativo municipal, o sindicato deixa explícito que partiria para o confronto político caso os vereadores não aderissem a luta do magistério público municipal de Simão Dias:

“Lembramos aos senhores vereadores e senhor prefeito que sob suas costas pesam as responsabilidades administrativas do nosso município, desta forma V. Ex^{as} Tenham a certeza que saberemos reconhecer naqueles que se comprometem com os nossos direitos trabalhistas um homem público merecedor dos nossos votos, mas,

Os professores municipais de Simão Dias, que em protesto aos baixos salários, entraram em greve no último de 27 de outubro por tempo indeterminado, resolveram voltar à suas atividades. Tal decisão é fruto de uma reflexão feita em assembleia em que chegou-se à seguinte conclusão:

- O atual prefeito, Manoel Ferreira de Matos (Caçulo), não tem compromisso com a educação Simão-diense, nem com os funcionários municipais;
- O erário público tem sido mal administrado, beneficiando apenas as empreiteiras, comerciantes ligados ao grupo político do prefeito, familiares, amigos e cabos eleitorais;
- As péssimas condições das escolas, postos médicos, praças, ruas, iluminação e fornecimento de água, tem como causa a mal utilização do dinheiro público.

Por tudo isso, vimos através desta “carta aberta” reafirmar a nossa disposição de continuarmos lutando por nossos direitos, pois temos certeza de que só através da união e da participação consciente de todos os seguimentos da sociedade, impediremos o mal uso da coisa pública, e asseguraremos que os bens públicos sejam efetivamente utilizados em benefício de toda população.⁶²

Ante o exposto acima, pode-se inferir que a organização sindical do magistério municipal do setor público de Simão Dias, nesse período histórico, estava permeada de intenções políticas, ou seja, fugia de pretensões puramente salariais:

Olha, é... o movimento dos professores não era um movimento ingênuo. Eu, como liderança sindical, também digo a você que não existe neutralidade... nunca pensamos em um movimento só pra querer salários ou pra querer reajuste salarial. Quando você tá num movimento engajado, você quer uma mudança de sociedade, mudança de estrutura. Então, seria ingenuidade minha, ou de Denisso, ou de qualquer pessoa, participar de um movimento, sem ter pretensões políticas, porque, um sindicalista que age sem pretensões políticas, ele é um abnegado, ou talvez um louco. Porque, você não fica brigando com o poder por prazer. Você quer tomar o poder pra classe trabalhadora. Isso é, na minha visão, natural. E... eu acho que é uma prerrogativa de um líder sindical – brigar pra mudar a estrutura social, lutar pra modificar o poder, mas sendo consciente que só vai mudar alguma coisa se ele tomar o poder.⁶³

Observa-se que esta organização sindical passou por transformações, no primeiro momento das mobilizações, em forma de greves, por exemplo. O sindicato lutou pela sobrevivência dos professores. No segundo momento, além de lutar por melhores condições

também saberemos igualmente reconhecer naqueles que se mostram contrários às nossas reivindicações o nosso repúdio, pois, quem não está ao lado do trabalhador num momento como este não se torna merecedor de confiança. No aguardo de soluções, contamos com o apoio desta casa.” (DELEGACIA SINDICAL DO SINTESE DE SIMÃO DIAS: Mensagem a Câmara dos Vereadores, 3 de junho de 1993)

⁶² SUBSEDE REGIONAL SUDOESTE DO SINTESE DE SIMÃO DIAS: Carta aberta à população. 27 de outubro de 1994.

⁶³ Depoimento ao pesquisador: SOUZA, 27/11/2012.

de vida dos docentes, buscou espaços políticos dentro da sociedade. Segundo Vale⁶⁴ os movimentos grevistas trazem consigo uma série de intenções. Tanto no campo das demandas salariais, quanto dos descontentamentos sociais e políticos, ou até mesmo nas tentativas de criar uma liderança sindical.

Esta última, também, fez parte dos objetivos do sindicato docente do setor público municipal de Simão Dias. Em 1996, foi alçado a Câmara dos Vereadores de Simão Dias pelo Partido dos Trabalhadores (PT), através da luta dos professores, o líder sindical Denisso Déda de Aquino⁶⁵. Segundo José Santana Curvelo, quem chegou ao poder não foi somente o Denisso, mas sim, “uma equipe, de um grupo que lutou, que trabalhou, que creio que até hoje trabalha em busca de melhorias para a sociedade e a cidadania simãodienses”. Se ao chegar ao poder, o líder sindical atendeu ou não às expectativas do movimento, literalmente, essa é outra História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou demonstrar, no primeiro momento, que a organização sindical docente do setor público no Brasil teve suas origens no período da ditadura Militar (1964-1985). É nesse contexto que o magistério sergipano funda inicialmente a APMESE, e alguns anos depois a CEPES. Posteriormente, as duas associações do magistério público sergipano se uniram e criaram o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe (SINTESE).

No segundo e terceiro momentos, o pesquisador historiou o principal foco desta pesquisa – a Organização Sindical do Magistério Público Municipal de Simão Dias. Utilizando-se de fontes documentais e principalmente de fontes orais o pesquisador tentou demonstrar que esta organização sindical teve suas origens na Constituição Federal de 1988 e em um grupo de jovens formado através da Pastoral da Juventude, ligada à Igreja Católica, e regido, ideologicamente, pelos documentos da CEB,s.

⁶⁴VALE, Ana Maria do. Sindicalismo Docente nas Décadas de 80 e 90: Novas e Renovadas Formas de Participação Política. **Universidade do Estado Rio Grande do Norte (UERN); Instituto Paulo Freire (IPF/NE)**, Rio Grande do Norte. P.3. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0220.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

⁶⁵ Nessa eleição o líder sindical Denisson Déda foi eleito em terceiro lugar por média de votos, ele obteve 595 votos (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: Resultado da eleição de 1996. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1996/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>). Acesso em: 24 de dezembro de 2012).

Verificou-se que a primeira mobilização dos professores da rede municipal de ensino de Simão Dias foi a primeira organização social que desafiou o poder das lideranças políticas locais. O movimento foi de tal grandeza que chegou a dividir a sociedade perante as mobilizações.

Observou-se, através de depoimentos ao pesquisador, como ocorriam as lutas no cotidiano do sindicato. As estratégias utilizadas pelos gestores municipais para tentar desestruturar e reprimir o movimento, e os meios desenvolvidos pelo sindicato para sobreviver e continuar a luta. E como uma luta por melhores salários e condições de trabalho se transformou em movimento político, capaz de alçar ao poder uma de suas lideranças.

Enfim, acredita-se que esta pesquisa tenha trazido uma boa contribuição para a historiografia que trata do sindicalismo docente no Brasil. E que sirva de inspiração para que os demais pesquisadores se interessem pela história dos movimentos sociais, a exemplo de outro importante fenômeno social histórico da cidade de Simão Dias: o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e da biografia dos líderes dos movimentos sociais. Será que os mesmos quando chegaram ao poder ou estiveram próximos conseguiram atender às necessidades da classe trabalhadora?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.

_____. **O que é Sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARAÚJO, Ruy Belém de; SANTOS, Lourival Santana. **História Econômica**. São Cristovão. Universidade Federal de Sergipe/CESAD. São Cristovão/SE, 2009.

BETTO, Frei. **O que é Comunidades Eclesiais de Base**. Disponível em: <<http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/05/cebs-freibetto.pdf>>. Acesso em: 6 de dezembro de 2012.

BOITO JR, Amando. **O sindicalismo na Política Brasileira**. Coleção Trajetória 8. Campinas: UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências. 2005.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Santa Catarina. Vol. 2, nº 1 (3), p. 68-80, 2005. Disponível em: <<http://www.praticadapesquisa.com.br/2011/07/aprendendo-entrevistar-como-fazer.html>>. Acesso em 8 de maio de 2012.

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL – 1988. Capítulo VII – da Administração Pública – Seção I, Disposições Gerais.

COSTA, Sérgio Amad. **Estado e Controle Sindical no Brasil**. Coleção Coroa Vermelha, Vol.2. São Paulo: T. A. QUEIROZ. 1986.

CRUZ, Hélvia Leite. Condições de Construção do Sindicalismo Docente de Educação Básica/Estudo Sobre a APEOESP. **Associações e Sindicatos de Trabalhadores em Educação: Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/Cruz.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

ERICHSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no Processo Político no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 1979.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. A Ditadura Militar e a Proletarização dos Professores. *Educ. Soc., Campinas*, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GIANNOTTI, Vito. **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro. Manual x Costa, 3 ed. Revista Ampliada. 2007. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=5r8Rx8P27wC&pg=PA57&lpg=PA57&dq=primeira+greve+organizada+no+Brasil+segundo+Vitor&source>. Acesso em: 27 de agosto de 2012.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a Partir de 1970. *Eccos – Rev. Cient., São Paulo*, v. 11, n. 1, p. 23-38, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v11n1/eccosv11n1_2a1535.pdf. Acesso em: 09 de junho de 2012.

Instituto Paulo Freire (IPF/NE), Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0220.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

LE GOFF, Jacques (org.); BRANDÃO, Eduardo (Trad.). **A HISTÓRIA NOVA** (Org.) 5. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Sobre as Greves**, 1899. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1899/mes/greves.htm> Acessado em 5 de novembro de 2012.

NASCIMENTO, José Joaquim do. **Na Cidade Jardim, nem tudo são flores: Sindicato e professores em movimento (1993 – 1998)**. 2002, 109 f. Monografia (Graduação em História). São Cristovão. 2002.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

ORGANIZAÇÃO CONSOLIDADA. Disponível em:
<http://www.cnte.org.br/index.php/institucional/a-cnte> Acesso em 26 de novembro de 2012.

RÊSES, Erlando da Silva. **De Vocação para Profissão: Organização Sindical Docente e Identidade Social do Professor**. 2008. 283 f. Tese de Doutorado apresentado ao departamento de sociologia da Universidade de Brasília/UnB. Brasília, 2008. Disponível em:
http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1149/1/TESE_2008_ErlandoDaSilvaReses.pdf. Acesso em 20 de junho de 2012.

ROSSO, Sadi Dal (Org.). **Associativismo e Sindicalismo em Educação: Organização e Lutas**. Vol. 1. Brasília: Paralelo 15. 2011.

ROSSO, Sadi Dal; CRUZ, Hélvia Leite; RÊSES, Erlando da Silva. Condições de Emergência do Sindicalismo Docente. **Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil. Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores**, Rio de Janeiro, abril de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072011000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 15 de junho de 2012.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos: Comunistas e Sindicalismo no Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2001.

SILVA, Maria Izabel Ladeira. **Sindicalismo no Setor Público em Sergipe: o caso da Educação**. 1997. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Disponível em:
http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=91739>. Acesso em 5 de dezembro de 2012.

THOMPSON, E. Paul. **A voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resultado da Eleição 1996. **Portal da Informação**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1996/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>>. Acesso em: 24 de dezembro de 2012.

VALE, Ana Maria do. Sindicalismo Docente nas Décadas de 80 e 90: Novas e Renovadas Formas de Participação Política. **Universidade do Estado Rio Grande do Norte (UERN); Instituto Paulo Freire (IPF/NE)**, Rio Grande do Norte. Disponível em:
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0220.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

Valores do Salário Mínimo desde a sua Instituição até o dia de hoje. Disponível em: <http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm>. Acesso em 25 de dezembro de 2012.